

Etnografia na educação: contribuições metodológicas na compreensão da realidade educacional

Ethnography in education: methodological contributions in understanding educational reality

■ Anderson Vicente da Silva; Kalina Vanderlei da Silva

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo apresentar um diálogo entre a Educação e a metodologia de investigação antropológica, contribuindo para compreensão da diversidade sociocultural, que está cada vez mais visível nos processos educativos. Através de um levantamento da literatura sobre a etnografia, busca-se apresentar alguns pontos de discussão sobre a importância do método etnográfico para entender como a escola interpreta a diversidade como processo de formação e de aprendizagem. A Antropologia tem um papel fundamental nesse diálogo com a Educação quando propõe debater as alteridades no contexto da dinâmica social. Diante disso, a etnografia como metodologia de pesquisa antropológica constitui uma ferramenta fundamental para docentes e gestores, que pretendem os significados construídos pelos grupos em contextos interacionais específicos.

Palavras-chave

Etnografia. Educação. Diferenças. Antropologia.

ABSTRACT

This work aims to present a dialogue between Education and the methodology of anthropological investigation, contributing to the understanding of sociocultural diversity, which is increasingly visible in educational processes. Through a survey of the literature on ethnography, we seek to present some points of discussion on the importance of the ethnographic method to understand how the school interprets diversity as a process of formation and learning. The Anthropology has a fundamental role in this dialogue with Education when it proposes to debate otherness in the context of social dynamics. Therefore, ethnography as an anthropological research methodology constitutes a fundamental tool for teachers and managers, who intend the meanings constructed by groups in specific interactional contexts.

Keywords

Ethnography. Education. Differences. Anthropology.

Introdução

O tema da diversidade cultural na Antropologia é bastante discutido desde sua origem como ciência da cultura. Nesse contexto, os diálogos que foram sendo estabelecidos entre Antropologia e Educação ao longo da história solidificaram muitas intersecções entre esses dois campos disciplinares. Nessa perspectiva, a alteridade como uma dimensão compreensível da relação do eu com o outro se torna um tema recorrente no debate entre Antropologia e Educação. Várias correntes teóricas da Antropologia se propuseram dialogar com o campo da Educação ao tornar público os sistemas educacionais elaborados por sociedades desconhecidas ou considerados sem progresso a partir de investigações empíricas. Um exemplo são as pesquisas dos culturalistas Franz Boas e seguidores, que buscaram, na compreensão da educação de povos longe da civilização norte-americana, elementos referenciais para pensar e sugerir mudanças no sistema educacional vigente nos Estados Unidos.

Esse período histórico da Antropologia permitiu que ela se tornasse uma disciplina a serviço das questões educacionais. Para Gusmão (1997), esse passado da própria antropologia estabeleceu as bases de uma relação íntima com a educação e sua função na formação dos novos indivíduos, buscando entender como as diferenças entre os povos podem contribuir para pensar a realidade cultural nas suas diversas facetas onde se insere as investigações de cunho antropológico.

Esse intenso processo vem tornando a Educação um espaço de reflexão sobre as possibilidades metodológicas com o objetivo de incluir múltiplas articulações explicativas nas investigações, que tem como foco aspectos socioculturais mais amplos e em contextos singularizados dos processos educativos. Segundo Gusmão (2008), a Antropologia é uma ciência moderna que contribui com seu aparato teórico do passado para explicar e compreender os movimentos globalizadores da sociedade em dois contextos. O primeiro diz respeito aos processos homogeneizantes da ordem mundial e o segundo reivindica singularidades, mostrando que a humanidade é constituída por elementos unos e diversos.

Com essa finalidade, a ciência antropológica passou a interpretar as diferenças sociais, étnicas e outras com o objetivo de propor alternativas de intervenção sobre a realidade social de modo a não negar a diversidade. Com isso, ela se presta perfeitamente como instrumento epistemológico no campo da educação, que necessita lidar diariamente com o trânsito de diferenças oriundas dos vários campos sociais.

Esse debate leva a discutir a importância do relativismo nesse contexto (ROCHA; TOSTA, 2009). Os conceitos de alteridade e relativismo são referenciais para a antropologia

por se tratarem de uma defesa de aspectos comportamentais da vida social. Eles possuem bastante relevância para muitos campos de conhecimento, em especial para a educação. Inicialmente, o papel da antropologia era desmitificar o lado negativo, atrasado e assustador da alteridade. Posteriormente, as contribuições teórico-empíricas dessa ciência possibilitaram uma conscientização da importância de convivência e do respeito às diferenças. No entanto, o processo de relativização cultural esbarra no seu mau uso decorrente da ideia de que tudo deve ser relativizado, perdendo de vista os padrões de julgamento da injustiça e dos direitos humanos.

Para que isso tenha uma repercussão significativa, faz-se necessário apropriar-se dessas discussões, que vêm orientando o agir e o fazer antropológico, balizado pelas reflexões das últimas décadas (cf. HASSEN, s/d). É importante destacar que a metodologia antropológica é uma ótima ferramenta na busca de um diálogo mais profícuo para superar a cultura etnocêntrica (preconceituosa), que circulava e circula em nossa sociedade atual.

A etnografia como método e técnica muito utilizada nas investigações antropológicas se tornou um instrumental bastante utilizado pelas outras áreas do conhecimento e, até certo ponto, banalizada no que se refere às regras de aplicação em estudos de fenômenos sociais (SOUZA, 2000). O olhar etnográfico sobre a educação é um processo comunicativo que permite visualizar a partir da descrição das relações entre os atores educacionais uma interpretação plural. Isso permite uma intencionalidade reflexiva à investigação etnográfica no campo educativo, que se norteando os debates ideológicos no campo educacional.

Pretende-se com este texto analisar a contribuição do método etnográfico na construção de planos de trabalho, que permitam refletir o sistema educacional, permitindo tratar das alteridades dentro e fora da escola com respeito e visibilidade necessária. No entanto, isso só será possível quando toda a comunidade escolar pensar sobre as diversidades como parte de um discurso e de uma prática social vinculada ao dia a dia. A proposta é fazer da etnografia, como processo comunicativo, uma ferramenta que dá voz às diferenças.

Etnografia e educação: diálogo e aplicações possíveis

O trabalho de campo como método de investigação das relações sociais redimensiona o conhecimento científico, na medida em que se constitui um conjunto sistemático de apreensão de uma sociedade ou grupo em seus múltiplos aspectos, sejam eles formais, institucionais ou concretos. Deve-se levar em consideração como esses aspectos estão relacionados entre si numa perspectiva de compreender que representações sobre os esquemas

sociais estão sendo apresentados no discurso e na prática cotidiana. Por esse viés, a etnográfica se torna um guia de apreensão desses elementos que compõe a formação de cidadanias baseado nas diferenças culturais internas ao sistema socioeducativo.

Nesse sentido, como nos coloca Gusmão (1997, p. 03), a educação:

É uma modalidade de ajustamento psicossocial que resulta numa forma de controle social, com base na organização social e no horizonte cultural partilhado por um grupo. Um aspecto a considerar é que a cultura é, aí, entendida como técnica social de manipulação da consciência, da vontade e da ação dos indivíduos, com a finalidade de modelar as personalidades humanas dos membros do grupo social.

Diante disso, alguns questionamentos acerca da etnografia na educação serão pertinentes e permite pensar como podemos utilizar os métodos antropológicos na educação para explicar as diferenças. Sendo assim, qual a finalidade da etnografia? Ela é condição necessária ao estranhamento? Quem pode fazer uma etnografia? Só o antropólogo faz estudo etnográfico? Todas essas perguntas são importantes e norteiam o percurso consciente da prática pedagógica.

A etnografia na perspectiva antropológica

Para responder às questões dessa investigação de maneira a contribuir para a formação de instrumentos de reflexão, iniciaremos remontando à origem da etnografia na antropologia. Malinowski (1978), a partir dos anos de 1920, institucionalizou o método etnográfico como sendo instrumento de investigação das ciências humanas. Isso provou a formação de uma concepção sobre o outro muito importante no campo da fenomenologia do conhecimento.

Quando Malinowski (1978) fez suas pesquisas etnográficas nas ilhas Trobriand, só conseguiu obter sucesso a partir da aplicação paciente e sistemática de certo número de regras do bom senso e de princípios científicos e não apenas a captação das falas dos “nativos” como sendo meras representações de um cotidiano desprovido de sentido. A cultura nessa perspectiva é definida como uma resposta às necessidades vitais do homem, ou seja, ela é produtora de integração, equilíbrio e manutenção da ordem social (Rocha e Tosta, 2009).

Esses princípios metodológicos sugeridos por Malinowski (1978) podem ser agrupados em três tópicos principais. São eles: 1) objetivos metodológicos e conhecimento das regras da moderna etnografia; 2) viver entre os “nativos”, longe de outros de sua sociedade; e 3) aplicar os métodos especiais de coleta, manipulação e registro dos dados. Esses aspectos propõem apresentar um esquema claro da constituição social e perceber regularidades de todos os fenômenos culturais daquilo que é irrelevante.

Para constituição prática desses componentes metodológicos, a antropologia instituiu a observação participante como técnica de coleta dos dados sobre a realidade dos povos distantes. Com essa ferramenta, o pesquisador seria capaz de conhecer o outro em profundidade e, por meio de tal conhecimento, superar os pressupostos etnocêntricos. Todavia, hoje ela se tornou um instrumento muito importante de percepção dos contextos sociais de grupos específicos dentro da própria cultura, ou seja, compreensão de alteridade próxima.

Para isso, a etnografia precisa ser intensa, regular e exige do pesquisador um período em contato com o grupo. De acordo com Malinowski (1978), o investigador deve dar conta da totalidade da vida do grupo baseado em três conceitos importantes: os constituintes da vida social, os imponderáveis da vida real e o espírito nativo. É importante traçar alguns comentários acerca do segundo elemento, que apresenta um caminho de registro dos fenômenos que não são captados pelos questionários, pelos documentos estatísticos ou pela pura observação. Nesse sentido, a imponderabilia da vida real é um conceito-chave para a Antropologia e representam

fatos como a rotina diária de trabalho dos homens, os detalhes de seus cuidados corporais, do modo de comer e de preparar os alimentos, o tom das conversas e da vida social ao redor das fogueiras, a existência de fortes amizades ou de hostilidades, de simpatias e aversões momentâneas entre as pessoas; o modo sutil, mas inegável, pelo qual as vaidades e ambições pessoais se refletem no comportamento do indivíduo e nas reações emocionais dos que o cercam (DURHAM, 1986, p. 42).

As abordagens malinowskiana de trabalho de campo foram fundamentais para ciências humanas e em especial para educação, que puderam utilizar a etnografia como recurso metodológico importante na compreensão da sociedade em que estão inseridos os sistemas educacionais. Cabe, nesse momento, apresentar como a Antropologia ampliou esse debate da metodologia de pesquisa para abarcar novas concepções que permitem incluir aspectos rejeitados e justificados pelo contexto histórico dos grupos que se pesquisavam nas primeiras décadas do século XX.

É importante ressaltar que a escola britânica de Antropologia, a qual Malinowski fazia parte, tinha a Etnografia como um recurso metodológico central no trabalho de campo em sociedades na África e na Ásia. Esses estudos enfatizavam a política colonial adotada pelos países europeus no início do século XX. “Os britânicos, portanto, enfatizaram um estudo das instituições duradouras da sociedade” (ANGROSINO, 2009, p. 16). Esse estudo passou a ser chamado de Antropologia Social. Além de Malinowski, destaca-se nesse campo de consolidação da etnografia como método antropológico de investigação A. R. Radcliffe-Brown.

Por outro lado, nos Estados Unidos, Franz Boas e seus alunos (Ruth Benedict, Margareth Mead, Alfred Kroeber e Robert Lowe) estavam voltados ao estudo dos modos tradicionais das comunidades indígenas norte-americanas. Para conduzir essa investigação, os antropólogos americanos buscaram reconstruir os aspectos institucionais, que permitiam entender a condição do “nativo”, através da memória histórica dos membros sobreviventes dessas comunidades. A etnografia se tornou um recurso importantíssimo para esses antropólogos, tornando a Antropologia americana consolidada. Essa corrente teórica foi categorizada como Antropologia Cultural.

Ainda nos Estados Unidos, durante a década de 1960, ganha destaque no debate antropológico as concepções hermenêuticas e simbólicas dos sistemas culturais. Clifford Geertz (2008) é considerado um dos representantes da abordagem hermenêutica na ciência antropológica e defende um conceito de cultura baseado no semiótico. Nesse sentido, os estudos socioculturais devem procurar interpretar o significado das teias relacionais construídas pelos homens ao longo do tempo. A prática etnográfica nessa perspectiva deve ser entendida como:

Tentar ler (no sentido de “construir uma leitura de”) um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escrito não com os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento modelado (GEERTZ, 2008, p. 07).

Para que a interpretação tenha uma representação no plano analítico, o etnógrafo precisa produzir uma escrita que seja entendida como uma descrição densa. Segundo Geertz (2008), essa produção etnográfica deve se conceituada como uma descrição de maneira microscópica (detalhada e profunda) de um fato da vida social. Rocha e Tosta (2009) salientam que a descrição densa significa fazer uma interpretação, ou seja, compreender o significado circulante no fluxo do discurso social. O que se propõe aqui é uma interpretação do que os homens sentem e dizem a si e sobre si mesmos. Esse processo é chamado por Geertz (2008) de “estruturas de significação”.

O que toma forma nessa abordagem é a compreensão das formas simbólicas que os indivíduos (“nativos”) usam para se perceberem. Para isso, faz-se necessário que o antropólogo (ou qualquer pesquisador que se propõe compreender fenômenos culturais de um determinado grupo) deva captar essas formas simbólicas através de um processo pendular constante, ou seja, seus estudos devem oscilar entre as categorias “nativas” e as que ele (o estudioso) utiliza para atingir seus objetivos científicos. É nesse contexto que Geertz (1997) utiliza os conceitos de experiência próxima e experiência distante formulada pelo psicanalista

Heinz Kohut para ilustrar que o processo interpretativo se trata de uma questão de grau e não de oposição extrema: do que é visão do nativo (experiência próxima) e a visão do antropólogo (experiência distante). Para o referido autor, esses conceitos não podem ser julgados no sentido de que um é melhor que o outro, pois

Limitar-se a conceitos de experiência próxima deixaria o etnógrafo afogado em miudezas e preso em um emaranhado vernacular, assim como, limitar-se aos de experiência distante o deixaria perdido em abstrações e sufocado com jargões (GEERTZ, 1997, p. 88).

Notamos que, com essa perspectiva teórica, a etnografia ganhou maior atenção no campo nas reflexões sobre as formas de registro dos fenômenos culturais. Isso levou a um abandono do debate teórico-prático da etnografia como metodologia de investigação social. Como afirma Peirano (1995), essa característica favoreceu certo rebaixamento da qualidade das pesquisas, mas, se transferimos tal concepção para outras áreas, o problema aumenta significativamente. Todavia, as propostas mais contemporâneas de etnografia propõem uma reformulação da aplicação desse método de estudo a partir de um diálogo mais integrado com outros saberes disciplinares. Esse debate pode ser vislumbrado na perspectiva pós-moderna, que defende a polifonia como aspecto norteador da investigação etnográfica, isto é, a necessidade de dar voz aos grupos estudados pelo etnógrafo na tentativa de identificar e compreender os múltiplos significados das relações sociais (HASSEN, s/d).

Esses percursos teórico-metodológicos destacados permitem compreender que o debate da Etnografia enquanto método de investigação permitiu uma virada conceitual em muitos aspectos. Nessa direção, encontramos desde as posições do etnógrafo no contexto da pesquisa até as dimensões e campos de abrangência da etnografia como método investigativo. Esse debate foi importante para a inserção da Etnografia como um espaço interdisciplinar, pois

A experiência etnográfica representa uma oportunidade única e singular no processo de compreensão do “outro”, de um lado exigindo do antropólogo um esforço constante de estranhamento e conjugação do universal como particular na análise cultural, do outro possibilitando uma “fusão de horizontes” entre os pontos do nativo e do antropólogo. (ROCHA; TOSTA, 2009, p. 54).

Nesse sentido, a Etnografia se tornou um recurso metodológico fundamental para a reflexão dos fenômenos educativos, pois permite ao investigador compreender as diversidades culturais com que a escola se defronta diariamente. A aplicação desse instrumento metodológico possibilita perceber as experiências pessoais, interessando-nos apenas aquilo que sentem e pensam os indivíduos como membros de uma dada comunidade. Como bem coloca Wilcox

(2007), a etnografia sempre foi compreendida como a descrição cultural de uma comunidade e aplicada à descrição do discurso social. Nesse aspecto, esse método de estudo pode ser aplicado aos estudos sobre salas de aulas e escolas, embora a diferença na abordagem e no âmbito exija algumas adaptações.

Ainda para esse autor, a etnografia não pode ser entendida como sinônimo de observação participante, trabalho de campo ou pesquisa qualitativa. Para entender e aplicar de forma mais significativa essas metodologias de pesquisa, faz-se necessário buscar os recursos da Antropologia em torno da dinâmica operacional da prática etnográfica.

Para elaborar um texto etnográfico que retrate a realidade estudada, devemos pensar os diversos aspectos que se referem à sua produção a partir das etapas de obtenção e de manipulação dos dados: o olhar e o ouvir.

Contudo, no que tange à antropologia, como procurei mostrar, esses atos estão previamente comprometidos como o próprio horizonte da disciplina, em que o olhar, ouvir e escrever estão desde sempre sintonizados com o “sistema de ideias e valores” que são próprios da disciplina (OLIVEIRA, 1998, p. 32).

Isso não pode significar um envolvimento com a subjetividade do investigador, mas sim uma intersubjetividade que descaracteriza a ingenuidade do pesquisador. Nesse aspecto, a contribuição etnográfica será mais significativa tomando como referência o paradigma hermenêutico.

Diante disso, a Educação como campo de compreensão das dimensões humanas em interação representa um espaço importante para construção de uma concepção acerca da etnografia fundamentada num debate que conjuga as reflexões de pedagogos e antropólogos na compreensão dos significados construídos por professores, gestores, alunos e famílias sobre as diferenças (diversidades) no mundo social. Isso permite um grande avanço na direção de uma sociedade mais igualitária e que homogeneíze em suas particularidades.

Vieira (1999) diz que os estudos comparativos numa educação intercultural são fundamentais na construção de uma concepção formar para mudar e formar para inovar. Nesse sentido, a etnografia se torna inovação pedagógica que se constitui em instrumentos de formação e compreensão social.

A educação usa a etnografia?! Ferramenta de inovação pedagógica

Inovação pedagógica significa elaborar estratégias para mudar determinadas práticas educativas. Para que essas mudanças representem transformações reais no processo educacional, faz-se necessário adotar um posicionamento crítico diante das práticas pedagógicas vivenciadas

no espaço escolar e social. Diante desse contexto, vários fatores podem contribuir para que a inovação pedagógica se torne mais presente nas mudanças dos aspectos educacionais que merecem uma intervenção mais próxima, como, por exemplo, o respeito às alteridades. Fino (2008) afirma que as inovações podem depender de muitos fatores ou de apenas de alguns (como, por exemplo, a tecnologia), porém eles não constituem a fonte das transformações possibilitadas pelas inovações.

Sendo assim, a principal importância que os elementos permitem contribuir para fundamentação das inovações pedagógicas só podem se tornar ativas quando esses são utilizados como práticas propulsoras de (re)elaborações da realidade vivida. Diante disso, só podemos visualizar as inovações pedagógicas em ação quando “existe ruptura com o velho paradigma (fabril), (...) e se cria localmente, isto é, no espaço concreto (ou virtual) onde se movem professores e alunos, um contexto de aprendizagem que contrarie os pressupostos essenciais do paradigma fabril” (FINO, 2008, p. 45). Aqui acrescentaria as ideias do referido autor sobre a superação dos preconceitos instituídos no contexto simbólico das relações coletivas.

Para que essa ruptura seja entendida efetivamente como transformadora, é necessário que todos os atores educacionais estejam envolvidos em reconfigurações dos saberes e percebam que as mudanças estão condicionadas fundamentalmente aos questionamentos emancipatórios. E

por mais que tal apelo à cultura possa significar um modismo pedagógico, ou o mais novo jargão da nossa área, ou uma mudança de paradigmas, acredito que só o fato da palavra *cultura* começar a fazer parte (ou voltar a fazer parte) do vocabulário educacional já constitui um dado pedagógico que merece nossa atenção. Constitui uma inflexão no pensamento educacional, fruto das mudanças ocorridas em nossa sociedade devido às ações e demandas dos movimentos sociais, dos grupos sociais e étnicos (GOMES, 2003, p. 75).

Com isso, só há inovação pedagógica quando as mudanças envolvem o reconhecimento da diferença e o trabalho de gestão das relações com seus alunos (CUNHA, 2003). Tardif (2002, p. 132) reforça essas reflexões afirmando que a “pedagogia é feita de dilemas e tensões, de negociações e estratégias de interação... Ensinar é fazer escolhas, constantemente, em plena interação com os alunos.”

Então,

Essas escolhas são dependentes da experiência dos atores, do contexto de tempo e território do ensino, das convicções e crenças que suportam o trabalho e, conseqüentemente, de situações que, sendo únicas, exigem respostas diferenciadas. Incentivar o processo de inovações é agir contra um modelo político que impõe, não raras vezes, a homogeneização como paradigma. (CUNHA, 2003, p. 150).

Nesse contexto, a etnografia utilizada pela educação se torna um instrumento valioso a partir do momento que capta e compreende os diferentes diálogos intersubjetivos que caracterizam as práticas pedagógicas. A prática etnográfica ganha uma atenção nesse processo, pois se refere aos elementos que tornam as diferenças existentes na escola mais evidentes para quem se dedica a pesquisar os fenômenos educacionais na perspectiva do contexto das relações sociais. Vejamos como Hammersley e Atkinson (1994) contribuem para esse trabalho quando apresentam os caminhos para se compreender as alteridades a partir das pesquisas etnográficas.

Para esses autores, o termo etnografia possui várias funções. São elas: os comportamentos das pessoas são estudados no contexto habitual e não em condições artificiais criadas no mundo do pesquisador; a observação (participante) e as conversas informais são mais importantes para o processo de coleta de dados; não são elaboradas categorias anteriores ao contato com o comportamento sociocultural, pois isso induz o pesquisador a conclusões errôneas sobre os fenômenos investigados; o foco do estudo é um grupo não muito grande para que o entendimento localizado possa servir de base para posteriores análises; e a análise dos dados coletados envolve interpretação de significado onde a quantificação e os estudos estatísticos são apenas aportes para considerações finais.

Por fim,

A etnografia antropológica parte de um problema que orienta o olhar do antropólogo [educadores] ao mesmo tempo em que relativiza o sentido do “ouvir dizer”. Com os olhos e ouvidos disciplinados pelas exigências do trabalho científico, no campo o que é visto e ouvido é fundamental para a interpretação antropológica [para a compreensão das alteridades] e torna-se fonte de legitimidade e objetividade (ROCHA e TOSTA, 2009, p. 73 – Grifos do autor).

Como olhar a diversidade na escola: contribuições etnográficas

A escola é um espaço formado por diversas etnias, orientações sexuais e níveis econômicos. Nesse sentido, Montero (1996) sugere dois aspectos importantes para tratar desse tema no ambiente escolar. Para a autora, devemos voltar à noção de diversidade cultural, tal como surgiu na história do conhecimento antropológico e em seguida retomar a noção de sincretismo. Essas duas categorias de análise permitem entender como a Antropologia pode contribuir mais significativamente com o debate pedagógico no contexto de uma prática educacional voltada para o respeito às diferenças sociais e, conseqüentemente, uma melhor intervenção nas políticas sociais de inclusão das alteridades no contexto público.

Segundo Leach (1982), a etnografia moderna é composta de várias contribuições teóricas que demonstram como as diferenças culturais tomam forma nas relações estabelecidas entre o homem e a natureza. Todavia, o olhar profissional do antropólogo converge para uma análise científica desse processo. Isso se reflete na possibilidade de analisar a extrema flexibilidade do engenho humano. Quando olhamos para esse fenômeno no contexto escolar, percebemos que se torna mais representativo, pois as alteridades ganham sentidos diversos no processo de interação social que se constitui entre os indivíduos.

Para que possamos entender como a diversidade se transforma em elemento propulsor das relações na escola, precisamos compreender como funciona o conceito de reconhecimento, que permeia da vida social e política das sociedades chamadas de multiculturais. Sobre isso, Appiah (1998) afirma que três elementos são fundamentais nesse processo de reconhecimento das diferenças: identidade, autenticidade e sobrevivência. Para esse autor, esses aspectos contêm alguns complicadores, que tornam a vida social multicultural um conjunto emaranhado de “eus”. Isso permite aos etnógrafos dedicados aos estudos educacionais relativizar a reprodução social no sentido de trazer para a discussão de suas investigações elementos da vida social para o âmbito da dinâmica educacional, tornando, assim, um pouco mais significativo o turbilhão de normativas burocráticas dos sistemas educacionais.

Na tentativa de abarcar as diferenças oriundas das relações sociais, as categorias universais e particulares se colocam como um elemento caracterizador de fenômenos pouco explicativos da relativização antropológica, pois as sociedades são constituídas de diferentes elementos que se juntam numa espécie de rede de relações simbólicas e materiais e que são impressas nas mentes de seus membros. Geertz (2001, p. 61) reforça essa ideia dizendo que,

Há a mesma tendência a ver a diversidade como superficial e a universalidade como profunda. E há o mesmo desejo de representar as interpretações pessoais não como construções impostas aos objetos – sociedades, culturas, línguas – no esforço de compreendê-los um pouco, de algum modo, mas como qualidades essenciais desses objetos, impostas ao nosso pensamento.

Nessa perspectiva, o termo diversidade cultural é um tema atual e relevante a partir do momento em que a escola desenvolve um ensino que procura atender à diversidade cultural diante da comunidade escolar. Portanto, instituição de ensino funciona como estimuladora de contatos com as diferenças. Essas são parte do processo sócio-histórico-cultural do homem. Nesse contexto, poderemos perceber a origem das classificações, seleção, inclusão e exclusão dos indivíduos nos grupos de socialização. Aqui a etnografia funciona como uma colheitadeira das sementes de cidadania e respeito.

Todavia, para que a etnografia se torne uma ferramenta importante e útil nas investigações qualitativas sobre a dinâmica educacional, é necessário seguir quatro etapas citadas por Wilcox (2007), que constituem normas antropológicas fundamentais. A primeira se refere à ruptura com os preconceitos e pré-noções acerca dos fenômenos e explorar as representações, que os integrantes do grupo estudado constroem em torno de sua vida cotidiana. Em seguida, precisamos transformar o que é familiar em estranho, pois só assim poderemos questionar aspectos da vida do grupo que, à primeira vista, parece ser comum. Com isso, para compreender o funcionamento das relações, devemos observar as relações existentes entre o âmbito e o seu contexto; essa é a terceira característica. Por fim, devemos utilizar o conhecimento da teoria social para guiar as interpretações das observações executadas.

Como nos alerta Fonseca (1999), embora a observação participante seja possível sem essas características,

É só ao completar esse movimento interpretativo, indo do particular ao geral, que o pesquisador cria um relato etnográfico. Sem essa “contextualização” (um tipo de representatividade *post ipso facto*), o “qualitativo” não acrescenta grande coisa à reflexão acadêmica (FONSCECA, 1999, p. 61).

Wilcox (2007) complementa dizendo que esse uso vazio da observação participante pode levar o investigador educacional a preconceitos culturais e pontos cegos, que os impediam de ver o significado do observado, além de criar uma situação investigativa, que o deixaria com atenção demaseadamente voltada para um indivíduo separado do contexto social importante na compreensão dos elementos constituinte das diferenças (diversidades) culturais da escola.

A diversidade cultural está presente diariamente no contexto escolar e isso pode ser visualizado na música, na dança, na culinária, na língua e entre inúmeras atividades em nosso cotidiano. Todavia, essa percepção requer daqueles que estão envolvidos nesse processo um esforço de construir um espaço mais justo e igualitário no sentido de transformar as diferenças em particularidades inseridas na homogeneidade. Por isso, a escola deve propor aos professores e gestores uma melhor aplicação dos recursos etnográficos de descrição, reflexão, análise e interpretação dos significados que os atores sociais dão as relações dentro e fora do ambiente escolar.

Para Gomes (2003, p. 77):

Cabe ao educador e à educadora compreender como os diferentes povos, ao longo da história, classificaram a si mesmos e aos outros, como certas classificações foram hierarquizadas no contexto do racismo e como este fenômeno interfere na construção da autoestima e impede a construção de uma escola democrática.

Enfim, essa deve ser a principal tarefa da etnografia: a construção de uma consciência investigativa que contemple os elementos homogeneizantes sem descartar as particularidades e os elementos que as compõem. Diante disso, a Antropologia como ciência que descreve os contextos culturais tem muito a contribuir para o debate dessa metodologia de pesquisa não apenas a serviço de outras áreas do conhecimento, mas como instrumentos de voz dos grupos sociais que formam as instituições sociais e que dão sentido à vida em grupo.

Considerações Finais

Nessa perspectiva, mostramos como a etnografia, embora seja considerada por muitas áreas do conhecimento um instrumento ultrapassado, na Antropologia, ela ganha novas reflexões, que a tornou melhor utilizada pelos pesquisadores. Isso se deve à adequação epistemológica e metodológica à realidade vivenciada no contexto sociocultural atual.

A educação é um campo primordial na aplicação dessas novas perspectivas etnográficas, pois poderá contribuir para um discurso inclusivo que se constitui importante para pensarmos numa sociedade historicamente mais justa e consciente de seu papel no contexto global.

Sendo assim, a escola passa a ser o espaço localizado (GEERTZ, 1997) de diálogo e de comunicação entre os discursos circulantes e aqueles que podem se transformar, tornando a socialização das diferenças menos impactante para os indivíduos considerados pertencentes a subgrupos. Partindo da ideia de que os professores e gestores são educadores-investigadores, a etnografia se constitui uma ferramenta fundamental na identificação de práticas pedagógicas mais consistentes na elaboração de um ambiente respeitável e cidadão no que se refere à socialização das diferenças por parte de todos que compõem o dia a dia da instituição escolar.

Diante das transformações que a sociedade vem passando, percebe-se a necessidade de repensar as suas estruturas organizativas e, também, as estratégias de articulação entre os sujeitos e pesquisadores. Atualmente, a sociedade utiliza, cada vez mais, a tecnologia para desenvolver e ampliar seu trabalho no mundo globalizado. Além disso, a pandemia do COVID-19 atingiu também o trabalho educativo. A necessidade de isolamento social provocou uma corrida à busca de novas maneiras de ação no ato educativo.

Nesse contexto, o trabalho etnográfico também foi forçado a refletir e a reconfigurar suas estratégias de investigação dos fenômenos socioculturais. Por esse motivo, a Antropologia passou a evidenciar, de maneira mais constante, a apresentação e a consolidação do método etnográfico a partir da utilização dos recursos tecnológicos disponíveis.

O mundo das redes sociais e os contatos virtuais vêm contribuindo para reconfigurar as relações sociais e a maneira como a sociedade situa essas relações. Os estudos etnográficos foram ganhando novos desafios que possibilitaram retomar uma discussão já presente na metodologia antropológica desde os anos de 1980: a Netnografia. “Ela usa comunicações mediadas por computador como fonte de dados para chegar à compreensão e à representação etnográfica de um fenômeno cultural ou comunal” (KOZINETTS, 2014, p. 62).

Com isso, as reflexões sobre etnografia e educação vão ganhando, ao longo do tempo, novas formas e novos elementos para compor o quadro representativo e prático no diálogo entre esses dois campos. A importância de uma continuidade neste debate se justifica precisamente pela necessidade de agregar as transformações demandadas pela sociedade dinâmica. Este trabalho foi pertinente ao apresentar alguns aspectos, que proporcionassem a reflexão e a investigação dessa lacuna necessária ao desenvolvimento da etnografia como método e abordagem na Antropologia e na Educação.

Referências

- ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazio Afonso de. **Etnografia na prática escolar**. São Paulo: Papirus, 1995.
- APPIAH, K. Anthony. Identidade, autenticidade, sobrevivência: Sociedades multiculturais e reprodução social. IN: TAYLOR, Charles (org.) **Multiculturalismo: examinando a política de reconhecimento**. Lisboa: Instituto Piaget, 1998, pp. 165-180.
- CUNHA, Maria Isabel. Inovações pedagógicas: tempos de silêncios e possibilidades de produção. **Revista Interface: Comunicação, Saúde, Educação**, v. 7, n. 13, Ago. 2003, pp. 149-158.
- DAUTER, Regina. Construindo pontes – a prática etnográfica e o campo da educação. IN: DAYRELL, Juarez (org.) **Múltiplos olhares sobre a educação e cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.
- DURHAM, Eunice Ribeiro (org.) **Malinowski** (Coleção Grandes Cientistas Sociais, 55). São Paulo: Ática, 1986.
- FINO, Carlos Nogueira. A etnografia enquanto método: um modo de entender as culturas (escolares) locais. IN: ESCALLIER, Christine e VERÍSSIMO, Nelson (Org.) **Educação e Cultura**. Funchal: DCE – Universidade da Madeira, 2008, pp. 43-53.
- FONSECA, Cláudia. Quando cada caso NÃO é um caso: Pesquisa etnográfica e educação. **Revista Brasileira de Educação** [On line], n. 10, jan-abr, 1999, pp. 58-78.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- GEERTZ, Clifford. Anti Anti-relativismo. IN: _____. **Nova luz sobre a Antropologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- GEERTZ, Clifford. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- GOMES, Nilma Lino. Cultura negra e educação. **Revista Brasileira de Educação**, n. 23, maio/junho/julho/agosto, 2003, pp. 75-85.
- GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. Antropologia e educação: origens de um diálogo. **Caderno CEDES**, v. 18, n. 43. Campinas: Dez., 1997.
- GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. Antropologias, Estudos Culturais e Educação: desafios da modernidade. **Pró-Posições**, v. 19, n. 3 (57) – set./dez., 2008, pp. 47-82.

- HAMMERSLEY, Martyn e ATKINSON, Paul. **Etnografia: métodos de investigación**. Barcelona: Paidós, 1994.
- HASSEN, Maria de Nazareth Agra. Etnografia: noções que ajudam o diálogo entre Antropologia e Educação. s/d. Disponível em: <http://www.fotoetnografia.com.br/textos/metodologia_nazareth.pdf>. Acessado em: 05/05/2012.
- KOZINETS, Robert V. **Netnografia: realizando pesquisa etnográfica on-line**. São Paulo: Penso, 2014.
- LEACH, Edmund. **A diversidade da antropologia**. Lisboa: Edições 70, 1982.
- MALINOWSKI, Bronislaw Kasper. Introdução. IN: _____. **Os Argonautas do Pacífico Ocidental** (Os pensadores). São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- MONTERO, Paula. Diversidade cultural: inclusão, exclusão e sincretismo. IN: DAYRELL, Juarez (org.) **Múltiplos olhares sobre a educação e cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso. **O trabalho do antropólogo**. São Paulo: UNESP, 1998.
- ROCHA, Gilmar e TOSTA, Sandra Pereira. O sentido da etnografia. IN: _____. **Antropologia e Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, pp. 51-78.
- ROCHA, Gilmar. A etnografia como categoria de pensamento na Antropologia moderna. **Revista Cadernos de Campo**, n. 14/15. São Paulo, 2006, pp. 99-114.
- SOUSA, Jesus Maria. O olhar etnográfico da escola perante a diversidade cultural. **Revista de Psicologia Social e Institucional**, v. 2, n. 1, 2000, pp. 107-120. Disponível em: <<http://www3.uma.pt/jesusousa/Publicacoes/15Olharetnograficodaescolaperanteadiversidadecultural.pdf>>. Acessado em: 07/05/2012.
- TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- VIEIRA, Ricardo. A Antropologia da educação na formação dos professores. IN: _____. **História de vida e identidades** – professores e interculturalidade. Porto: Afrontamentos, 1999, pp. 123-162.
- WILCOX, Kathleen. La etnografia como una metodologia y su aplicacion al estudio de la escuela: una revisión. IN: MAILLO, H. M. V.; CASTAÑO, F. J. G. e RADA, A. D. **Lecturas de antropologia para educadores**: El ámbito de la antropologia de la educación y de la etnografia escolar. Madrid: Editorial Trotta, 2007, pp. 95-34.

Anderson Vicente da Silva

Professor Adjunto da Universidade de Pernambuco.
Doutor em Antropologia pela UFPE.
E-mail: anderson.silva@upe.br

Kalina Vanderlei da Silva

Professora Associada da Universidade de Pernambuco.
Doutora em História pela UFPE.
E-mail: kalinavan@uol.com.br